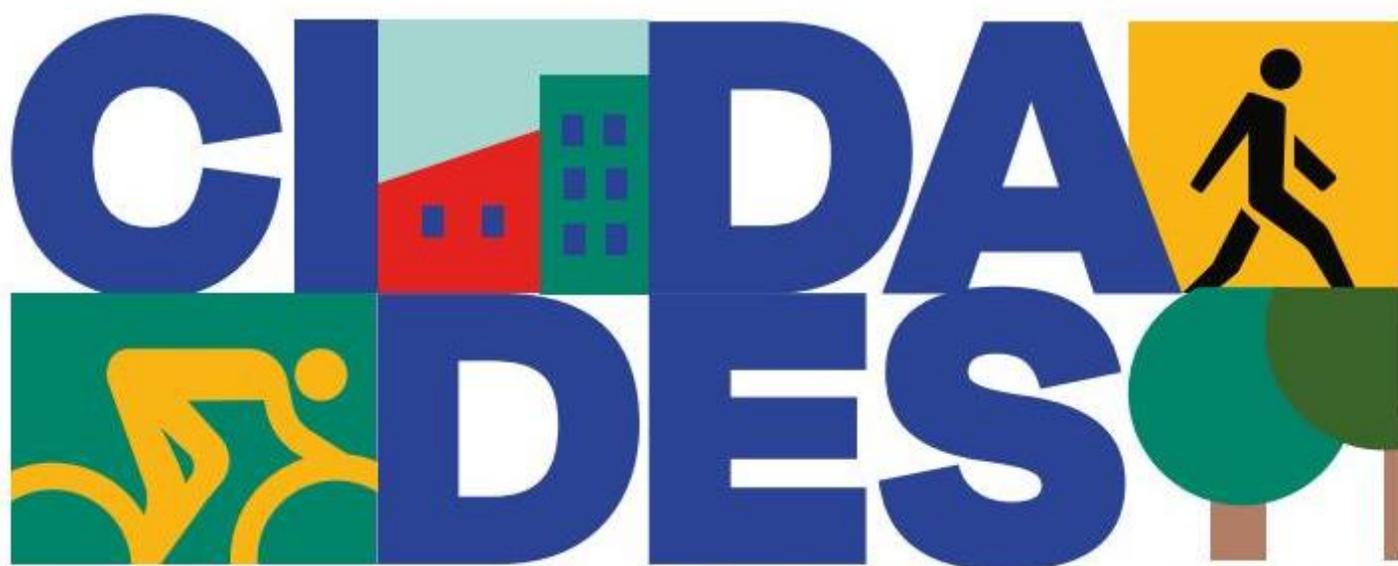


7ª Conferência Estadual das



Mato Grosso do Sul

05 e 06 de junho de 2025

Das 07 às 20 Horas

Centro De Convenções Rubens Gil De Camillo

Parque Dos Poderes – Campo Grande/MS

“Para ser bem sucedido nos empreendimentos, o importante é se apaixonar mais pelo problema do que pela solução; ouvir as pessoas, entender as necessidades, pensar nas causas e consequências, aprender... e assim decidir no que e como trabalhar com eficiência.” - **Marco Antonio Nitron**

Eduardo Corrêa Riedel

Governador do Estado de MS

Guilherme Alcantara de carvalho

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de MS
Presidente do Conselho Estadual das Cidades de MS-CEC/MS

Maria do Carmo Avesani Lopez

Diretora Presidente da Agência Estadual de Habitação de MS-AGEHAB-MS
Secretária Executiva do Conselho Estadual das Cidades de MS-CEC/MS

Tânia Maria de Souza Marques

Coordenadora do Conselho Estadual das Cidades de MS-CEC/MS
Ponto Focal da 7ª Conferência Estadual das Cidades de MS

PARCERIAS

Assembleia Legislativa de MS

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB-MS

Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN-MS

Secretaria de Estado de Justiça-SEJUSP-MS

Empresa de Saneamento de MS-SANESUL-MS

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul

Caixa Econômica Federal-CEF-MS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA-MS

Prefeituras Municipais do Estado de MS

Movimentos Sociais e Populares (FAMEMS/SAM)

Entidade de Trabalhadores (FETRICOM-MS/STTCUCG/SINDARQ-MS
SENGE-MS)

Entidades Empresariais (SINDUSCOM-MS/ÁGUAS GUARIROBA/SECOVI-MS/ACISGA)

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (IAB/UEMS/UFMS/OAB)
ONG'S (SPA)

Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura – SETESC

Tribunal de Justiça de MS – TJ-MS

Empresas Privadas: AGILIZA/CESARI/ENGEPAR/LRG/MENIN/MRV/RG

SUMÁRIO

Apresentação

Palavra da Secretária Executiva do Conselho Estadual das Cidades de MS

Comissão Organizadora

O que são as Conferências?

Objetivo das Conferências

Quais as etapas?

Quem participa das Conferências?

Texto base – Reprodução simplificada

1. O que é a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU
2. As Cidades que temos: O Brasil Urbano
3. As Cidades que queremos: Diretrizes e Prioridades do PNDU
4. Desafios a serem debatidos na Conferência

Propostas prioritárias aprovadas nas Conferências Municipais das Cidades de MS

Temas mais Frequentes das propostas por Eixos

Propostas das Conferências Municipais por nível de Federação

Percentual dos Temas por Eixos

Delegados a serem eleitos pelos Segmentos na 7ª Conferência Estadual das Cidades de MS, para participarem da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Apresentação

A 7ª Conferência Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, tem por objetivo discutir o tema: *Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Caminhos para Cidades Inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social.*

A 7ª Conferência Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, tem por escopo prosseguir as discussões municipais, para que possamos construir cidades realmente inclusivas, seguras, com habitação, saneamento básico, mobilidade urbana, desenvolvimento urbano sustentável e principalmente, construir um desenvolvimento que promova a participação popular dos diversos segmentos da sociedade.

O tema lançado pelo Ministério das Cidades, foi discutido em todos os municípios do estado, cujas Conferências foram realizadas de abril/2024 a abril/2025. Nesta cartilha consta as propostas dos municípios.

O Conselho Estadual das Cidades de MS – CEC/MS, juntamente com o Governo do Estado de MS, realiza esta 7ª Conferência Estadual das Cidades, com a perspectiva de estimular e despertar a união da sociedade civil organizada com os governos municipal, estadual e federal, garantindo assim, o engajamento e empenho de todos de forma igualitária.

Palavra da Secretária Executiva do Conselho Estadual das Cidades de MS – CEC/MS

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul vem trabalhando com muito afinco para promover um estado mais próspero, ampliando oportunidades que possam levar a população qualidade de vida, focando no meio ambiente, nos impactos e reflexos desse desenvolvimento.

Mato Grosso do Sul tem uma população estimada em **2.901.895 habitantes (IBGE 2023)**, com municípios que tem suas próprias características, desafiando a administração pública a fortalecer cada dia mais a política de desenvolvimento urbano e ainda, atender seus habitantes, promovendo essa política de maneira que venha impulsionar a população ser uma aliada constante na consolidação de um estado protagonista em desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e com ações que garantam a elevação dos padrões de vida.

A 7ª Conferência Estadual das Cidades de MS, será o momento para discussões e deliberações entre os diferentes interesses da sociedade, para alinhar os anseios da sociedade civil e governo estadual, garantindo essa consolidação.

A gestão pública tem a função de promover ações relacionadas ao interesse público, e portanto deve zelar por cidades democráticas e inclusivas, sustentáveis e com justiça social. Este ano será abordado justamente este tema, buscando cada vez mais soluções para que haja a igualdade. O objetivo será motivar a participação popular na busca de soluções aos problemas e, levar para os municípios o que foi pactuado e ajudar, assim, a criar redes de interesse coletivo.

É preciso reforçar que a gestão pública está relacionada ao **controle e à administração de qualquer ação pública**. Por isso, está presente em áreas do desenvolvimento urbano, meio ambiente, mobilidade, saneamento, preservação de áreas urbanas, habitação, serviços públicos, áreas verdes e espaços públicos e agora incluindo as questões referentes as alterações climáticas e transformações digitais, tanto em âmbito municipal, quanto em estadual ou federal.

Maria do Carmo Avesani Lopez
Secretária Executiva do Conselho
Estadual das Cidades de MS

Comissão Organizadora da 7ª Conferência Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul será composta pelos representantes, titulares e suplentes:

I - Poder Público Federal

- a – Titular:** Caixa Econômica Federal - CEF – Lucio Flávio Mourão Santos
Suplente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – Mário Basso Dias Filho

II – Poder Público Estadual

- a - Titular:** Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB-MS – Maria do Carmo Avesani Lopez
Suplente: Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB-MS – Tânia Maria de Souza Marques
- b – Titular:** Departamento Estadual de Trânsito de MS - DETRAN-MS - Inês Pereira Esteves
Suplente Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul – SANESUL - José Carlos Queiroz

III – Poder Público Municipal

- a – Titular:** Prefeitura Municipal de Campo Grande – Vera Cristina Galvão Bacchi
Suplente: Prefeitura Municipal de Naviraí – Marcio Albino

IV – Movimentos Sociais e Populares

- a – Titular:** Federação das Associações de Moradores – FAMEMS – Edson Ageo Maidana
Suplente: Federação das Associações de Moradores – FAMEMS – Valdo Pereira de Souza
- b - Titular:** Sociedade de Apoio a Moradia – SAM – Edymar Fernandes Cintra
Suplente: Federação das Associações de Moradores – FAMEMS – Elza Alves de Matos
- c - Titular:** Sociedade de Apoio a Moradia – SAM – Elza Glenzel
Suplente: Federação das Associações de Moradores – FAMEMS – Auro Silva

V – Entidade de Trabalhadores

- a - Titular:** Sindicato dos Arquitetos de MS - SINDARQ - Ivanete Carpes Ramos
Suplente: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Mato Grosso do Sul - FETRICOM-MS – Elizeu Pacheco

VI - Entidades Empresariais

- a –Titular:** Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção de MS – SINDUSCON – Keli de Paula de Oliveira
Suplente: Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado de MS - SECOVI – Vanessa Pierro Scaff

VII – Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

- a – Titular:** Instituto dos Arquitetos do Brasil – Rubens Pires do Santos
Suplente: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Silvia Bontempo

O QUE SÃO AS CONFERÊNCIAS?

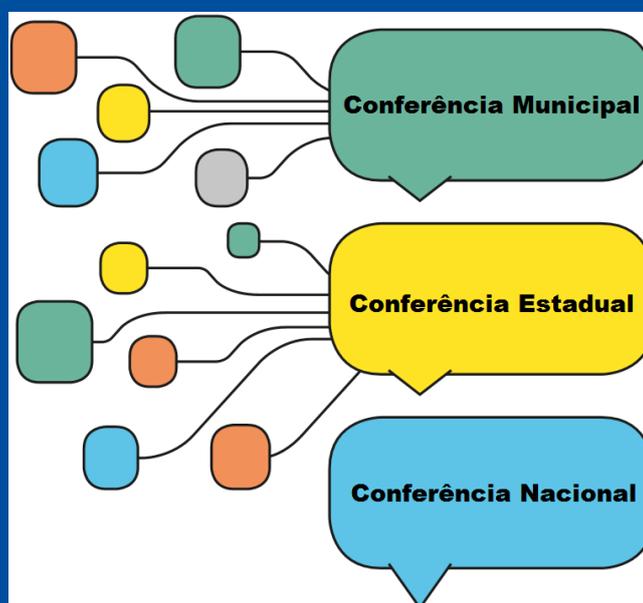
O evento é um espaço de contribuições e aliança entre os diversos interesses e necessidades da sociedade, com a intenção de construir cidades sustentáveis, atingindo a população como um todo, priorizando as Associações de Moradores, Entidades da Sociedade Civil Organizada, Poder Público Municipal, Estadual e Nacional.

OBJETIVO DAS CONFERÊNCIAS?

As Conferências objetivam:

- 1) Estabelecer parâmetros, planejamento, controle e gestão da política pública de desenvolvimento urbano, com a participação social;
- 2) Propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento tais como: Habitação de Interesse Social, Saneamento Básico, Transporte Público e Acessibilidade;
- 3) Estimular a criação e efetivo funcionamento de Conselhos das Cidades, elegendo entidades para comporem os referidos Conselhos;
- 4) Estimular a elaboração/revisão de Plano Diretor, Plano de Habitação de Interesse Social, Plano de Saneamento e Resíduos Sólidos, e ainda a criação de Fundos para Habitação de Interesse Social, Saneamento Básico e Acessibilidade;
- 5) Indicar prioridades de atuação da política de desenvolvimento urbano nos municípios, nos estados e na União;
- 6) Eleger seus delegados (as) na forma prevista no Art. 16 da Resolução Normativa 28 de 15 de abril de 2024.

Quais as Etapas?



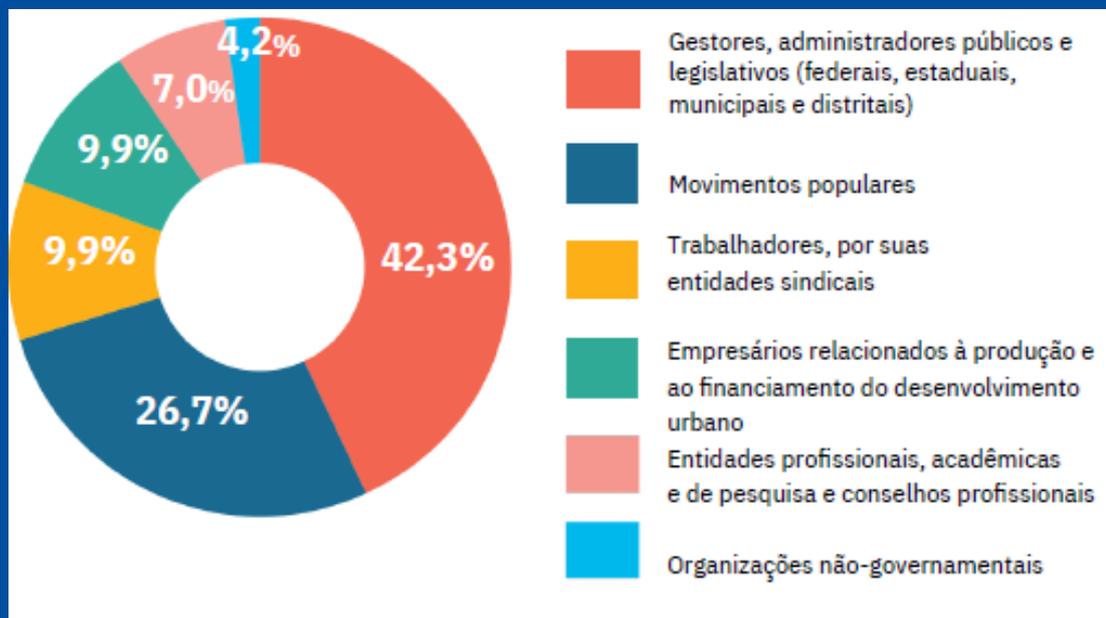
Cada município debateu seus desafios em nível local, encaminhou suas propostas ao nível estadual, e agora vamos debater as propostas para levar a etapa nacional, prevista para acontecer até outubro de 2025.

Quem participa das Conferências?

Nas Conferências Municipais toda sociedade Civil Organizada pode participar. Neste momento realiza-se a eleição dos delegados (as) que participarão da Conferência Estadual respeitando os critérios de representação de Órgãos. Entidades e Organizações. Recomenda-se que se elejam as Entidades que irão compor o Conselho Municipal das Cidades.

Nas Conferências Estaduais participam os delegados (as) eleitos nas Conferências Municipais, validados pela Comissão Recursal e de Validação, além dos representantes indicados pelos Poderes Executivos e Legislativos Municipais e Estaduais. Realiza-se a eleição dos delegados (as) que irão participar da Conferência Nacional e se elegem as Entidades que irão compor o Conselho Estadual das Cidades, período 2025-2028.

Para a Conferência Nacional, serão eleitos na 7ª Conferência Estadual das Cidades de MS, 33 delegados (as), respeitando os percentuais, conforme Art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.



TEXTO BASE DE REFERÊNCIA

(Reprodução simplificada)

CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Caminhos para Cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social

1) O que é a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU?

A PNUD pode ser definida como um conjunto de ações implementadas e promovidas pelo governo no campo de desenvolvimento urbano.

O desenvolvimento urbano é definido pelo planejamento, gestão, transformação e preservação de cidades justas, democráticas e sustentáveis, para garantir o bem-estar e atender às necessidades da população.

A PNUD buscar promover transformações urbanísticas estruturais e políticas de urbanização orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade. Para isso, a política de desenvolvimento urbano deve promover a criação, gestão, renovação e preservação de áreas urbanas, por meio das políticas setoriais integradas, incluindo infraestruturas, serviços públicos, moradia, transportes, saneamento, áreas verdes e espaços públicos.



Para um desenvolvimento urbano mais efetivo e que atenda todas as necessidades das cidades, verificou-se a necessidade de incorporar, integrar questões importantes, tais como: mudanças climáticas, transformação digital, transformação demográfica, equidade e justiça socioterritorial. Espaços públicos inclusivos, desenvolvimento econômico com justiça social, mobilidade sustentável, saneamento ambiental, garantindo a universalização do saneamento básico de qualidade e moradia digna.

2) As Cidades que temos: O Brasil Urbano

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o Brasil possui cerca de 204 milhões de habitantes e apresentou a menor taxa de crescimento anual num período intercensitário desde o primeiro Censo, realizado em 1872. De cada 100 habitantes, 85 moram em áreas urbanas. E, em 2017, 80% da população brasileira ocupava apenas 0,63% do território nacional. Por isso, discutir a qualidade de vida nas cidades é tão importante. Quando pensamos nas nossas cidades, no entanto, é preciso lembrar que estamos num país continental.

População municipal (habitantes)	Quantidade de municípios	%	População 2022	%
Até 20.000	3.861	69,3	32.019.602	15,7
Entre 20.001 e 50.000	1.052	18,9	31.939.971	15,7
Entre 50.001 e 250.000	541	9,7	26.187.350	26,6
Entre 250.001 e 500.000	75	1,3	26.187.350	12,9
Entre 500.001 e 1.000.000	26	0,5	18.353.689	9,0
Mais de 1.000.000	15	0,3	40.511.083	19,9
Total	5.570	100,0	204.399.807	100,0

O Brasil possui 5.570 municípios que abrigam cidades muito diferentes entre si e variam sob diversos aspectos: Diversidade de tamanho, diversidade de integração a rede urbana, diversidade demográfica, diversidade econômica, diversidade de tecnologia, diversidade de patrimônio histórico cultural-cultural, diversidades ambientais e climáticas, diversidade ecológica,

3) As Cidades que queremos: Diretrizes e Prioridades do PNDU

Tendo em vista a cidade que temos, apresentamos agora sugestões de diretrizes e prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) para serem discutidas, aprimoradas, votadas e aprovadas nas Conferências das Cidades, para construirmos as cidades que queremos.

Objetivo geral: Redução das desigualdades regionais e urbanas e promoção da justiça climática e socioespacial com controle social



A PNDU deve promover a aplicação dos instrumentos que visam à realização da função social da cidade e da propriedade, previstos no Estatuto da Cidade, de forma a combater à apropriação privada dos investimentos públicos na produção da cidade e promover a justiça socioterritorial.

Para os próximos anos, a Política Nacional deve priorizar, campanhas voltadas para a adoção das seguintes políticas pelos planos diretores:

- ▶ acesso à terra urbanizada e bem estruturada;
- ▶ requalificação das áreas centrais;
- ▶ efetivação do parcelamento, edificação ou utilização compulsória (PEUC) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo visando ao combate à especulação imobiliária;
- ▶ promoção de instrumentos públicos inovadores de acesso coletivo à terra urbanizada, entre os quais o direito de superfície e o Termo Territorial Coletivo (TTC);
- ▶ integração das políticas urbanas de regularização fundiária, de habitação, de mobilidade e de saneamento ambiental;
- ▶ políticas de prevenção de risco e adaptação climática;
- ▶ capacitação para o planejamento urbano participativo das comunidades. Isso é importante para que o planejamento não seja mais uma prática tecnocrática, o que requer o permanente acesso à informação, de forma que a população possa realmente exercer o controle social do planejamento e da gestão urbana.

As ações da PNDU devem estar em sintonia com os 16 Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS):

1. direito à cidade para todas as pessoas;
2. moradia digna, segura e bem localizada;
3. território urbano articulado e eficiente
4. cidade protagonista da ação climática;
5. cidade e natureza integradas;
6. águas urbanas para a vida;
7. prosperidade econômica inclusiva e verde;
8. cidade inteligente;
9. patrimônio, identidades e saberes regionais;
10. espaços urbanos acolhedores e seguros;
11. cidade para todas as gerações;
12. cidade democrática e participativa;
13. cidade educadora;
14. finanças municipais eficientes, inovadoras e justas;
15. políticas urbanas integradas;
16. cooperação e parcerias para o desenvolvimento urbano.

4) Desafios a serem debatidos na Conferência Estadual das Cidades de MS

Considerando que um dos desafios das Conferências das Cidades é fazer com que as pessoas reflitam sobre a realidade da sua cidade, Mato Grosso do Sul colheu **297** propostas nos 79 municípios para que fossem discutidas na Conferência Estadual de MS e, após as discussões nos eixos, levantar as principais demandas que devem ser levadas para a Conferência Nacional.

Propostas Prioritárias aprovadas nas Conferências Municipais das Cidades

Eixo 1 - Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas

Água Clara

[Municipal] Criação de Agência Municipal de Habitação, sob o pressuposto de que um órgão autônomo e especializado pode buscar recursos e desenvolver de forma mais efetiva a política habitacional.

[Municipal] Fortalecer a fiscalização municipal, por meio da valorização dos servidores, do aparelhamento setorial e da reestruturação das normas, de forma a propiciar um controle efetivo sobre a qualidade das calçadas urbanas, para que estas sejam caracterizadas pela caminhabilidade.

Alcinópolis

[Estadual] Buscar parceria do estado para construção de moradias, resolvendo não só o problema de falta de moradias, como também, irá impulsionar a economia local com o aumento de demanda por serviços e comércios.

Amambaí

[Municipal] Criação da lei municipal para regulamentar as ações das regularizações fundiárias.

Anastácio

[Municipal] Planejar a Cidade para pedestres e ciclistas garantindo acessibilidade e sustentabilidade.

Anaurilândia

[Municipal] Recursos para habitação de interesse social subsidiada.

Angélica

[Estadual] Ampliação do suporte do governo estadual e federal, visando melhor investimento nos processos de regularização Fundiária.

Antônio João

[Municipal] Projeto habitacional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com levantamentos de dados da secretaria de assistência social de forma que os imóveis sejam gratuitos ou com taxa mínima.

Aparecida do Taboado

[Municipal] Aumentar a malha de captação de esgoto, melhorar a eficiência no sistema de tratamento de esgoto e retirar o emissário na área de balneabilidade com recurso municipal/estadual/privado.

[Municipal] Criar políticas públicas para sanar déficit de moradias e priorizar vagas para famílias em situação de rua e pessoas com dependência de substâncias psicoativas em programas habitacionais.

Aquidauana

[Municipal] Melhoria do sistema de drenagem de águas pluviais, acessibilidade e mobilidade urbana.

Aral Moreira

[Municipal] Acessibilidade urbana e inclusão social, habitação urbana e indígena, saneamento no Assentamento Santa Catarina, Rio Verde e Aldeia Guassuti.

[Municipal] Transporte escolar rural, conservação e encascalhamento das estradas vicinais do município de Aral Moreira.

Bandeirantes

[Municipal] Implementar Programa de Assistência Técnica aos municípios para projetos de saneamento, urbanismo, meio ambiente e habitação.

Bataguassu

[Municipal] Criar um planejamento integrado que busque atender às necessidades básicas da população e promover um crescimento urbano sustentável e ordenado, por meio de ações estratégicas.

Batayporã

[Municipal] Construção de mais casas populares.

Bela Vista

[Municipal] Viabilização de recurso financeiro para moradias na zona rural (assentamentos e comunidades rurais) e urbana (moradores de baixa renda).

[Municipal] Aquisição de Recursos financeiros junto ao Governo Estadual e Federal para Pavimentação e drenagem nas principais vias públicas do município de Bela Vista.

Bodoquena

[Municipal] Criar programa de mobilidade urbana adequando a sinalização necessária, respeitando a harmonia paisagística da Cidade.

[Municipal] Implantação de drenagem urbana.

Bonito

[Municipal] Normatizar o saneamento básico sustentável, nas localidades onde não há o convencional.

Brasilândia

[Municipal] Atualização do Plano Diretor por meio do zoneamento, acessibilidade e plano de saneamento básico, com especial atenção às áreas mais antigas da Cidade. Desenvolvimento de um projeto habitacional que atenda à realidade do município, proporcionando moradia digna para pessoas de baixa renda.

[Municipal] Criação de Projeto/Programa Municipal de Transporte Público: Estabelecimento de linhas de transporte que atendam os reassentamentos Novo Porto João André, Distrito Debrasa e áreas mais distantes, facilitando o acesso da população aos serviços públicos (hospital, assistência social, etc.).

Caarapó

[Estadual] Criação de um fundo estadual e federal específico para atender projeto de regularização fundiária.

Camapuã

[Municipal] Atualizar o plano diretor, o Plano de habitação e o Código de Obras, além de elaborar Lei de uso e ocupação do solo.

[Municipal] Viabilizar projeto que desvia o fluxo de veículos pesados para um rodoanel e posteriormente revitalização da rua Pedro Celestino.

Campo Grande

[Municipal] Criar incentivos e benefícios para municípios, empreendimento e/ou atividades que utilizem técnicas de drenagem sustentável.

[Municipal] Produção de novos empreendimentos de habitação de interesse social, em áreas qualificadas com infraestrutura e equipamentos comunitários, inclusive em áreas já desafetadas e investir em imóveis desocupados e vazios urbanos, em áreas centrais e centralidades para a habitação de interesse social, aluguel social e retrofit, estimulando o adensamento habitacional com uso misto, aproximando a habitação aos serviços e empregos.

[Municipal] planejar e implantar infraestrutura física e arbórea adequada para promoção de mobilidade ativa pedonal acessível e integrada ao transporte coletivo e aos equipamentos públicos, garantindo segurança pública e viária com ênfase na educação para trânsito, priorizando territórios periféricos a partir de uma gestão participativa e controle social do serviço, de forma a promover Cidades sustentáveis, inclusivas, democráticas e socialmente justas.

[Municipal] atender os moradores de baixa renda, desassistidos pela rede de coleta de esgoto investindo em unidades individuais de tratamento.

[Municipal] implementar melhorias da infraestrutura com objetivo de promover um transporte coletivo eficaz a integração modal, a revisão de itinerário e tarifário, com estudo de uso de subsidio, garantindo a frota adequada para promoção da intermodalidade, diversificação de contrato para transporte alternativo, priorizando territórios periféricos a partir de uma gestão participativa e controle social do serviço.

[Municipal] Integrar os planos, programas e planejamento estratégico levando em consideração a intersectorialidade com dados estatísticos dinâmicos e atualizados, priorizando grupos vulneráveis, a ATHIS, o estímulo ao adensamento habitacional de uso misto, bem como a regulamentação do IPTU social.

Caracol

[Municipal] Implantar o Plano Diretor, que incluam a participação ativa da população, garantindo que as necessidades e desejos dos cidadãos sejam considerados nas decisões de planejamento urbano.

[Municipal] Implementar programas de capacitação para gestores e cidadãos sobre planejamento urbano sustentável, promovendo uma cultura de participação e responsabilidade compartilhada, criando mecanismo de monitoramento e avaliação contínua das políticas urbanas, permitindo ajustes e melhorias.

Cassilândia

[Municipal] Implantação imediata, de estação de tratamento de esgoto que atenda a demanda urbana e forneça suporte técnico para as propriedades rurais.

[Municipal] Elaboração do plano de mobilidade urbana em caráter de urgência.

Chapadão do Sul

[Municipal] Implementar nos planos municipais (plano diretor de macro/drenagem) de planejamento, gestão e captação de águas pluviais a fim de sanar os eventos/intempéries vivenciados com aproveitamento sustentável das águas.

Corguinho

[Municipal] Criação do Código de Obras e Posturas do município e de um departamento de habitação para coordenar os projetos habitacionais, Regularização dos Assentamentos e Regularização Fundiária.

[Municipal] Melhoria da malha viária dos Distritos e Assentamentos, com garantias na manutenção para promover a mobilidade, acessibilidade e segurança, especialmente para o transporte de cargas e escolar.

Corumbá

[Municipal] Substituição de moradia precária com demolição e revitalização das áreas desocupadas de acordo com leis vigentes.

Costa Rica

[Municipal] Implementação de diretrizes para garantir a mobilidade urbana e a acessibilidade nos espaços públicos, estabelecendo a medida de 1,5 como parâmetro para fiscalização e divulgação, visando aumentar a conscientização.

[Municipal] Implementação de Lei para fiscalização social, posturas e obras no âmbito municipal.

Coxim

[Municipal] Projeto de Moradia direcionado ao Servidor Público.

[Municipal] Promover estudo e regulamentação para transporte com bicicletas motorizadas.

Deodópolis

[Municipal] Iniciativa de financiamento destinada a famílias de baixa renda com objetivo de facilitar o acesso a moradia própria.

Dois Irmãos do Buriti

[Estadual] Promover política de habitação que atenda as Cidades com a população inferior a 50 mil habitantes.

Douradina

[Municipal] Implementação de parcerias entre as diversas instituições, entidades públicas e privadas a fim de implementar a Lei Federal 13.465/2017 (REURB) visando promover a Regularização Fundiária.

Dourados

[Municipal] Sugerimos que o Poder Público assumira, integralmente o custeio da manutenção das áreas comuns e promova a isenção de taxas em condomínios oriundos de programas habitacionais de interesse social.

[Estadual] Garantir a implementação e ampliação do acesso ao saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos e drenagem) nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, respeitando suas especificidades culturais e territoriais.

Eldorado

[Estadual] Aumentar os recursos tripartite direcionados às políticas e programas habitacionais, que visem a redução do Déficit Habitacional com foco na população de baixa renda, incentivando a construção de moradias populares em áreas urbanas bem localizadas e com acesso aos serviços básicos.

Fátima do Sul

[Municipal] Implantação de coleta seletiva no município de Fátima do Sul e no Distrito de Culturama.

[Municipal] Implementação de Ciclovias no Município e Distrito.

Figueirão

[Municipal] Destinação de 1% da Receita do município para investimento em Habitação de Interesse Social.

[Municipal] Projeto de Revitalização e adequação da mobilidade urbana dos passeios públicos de acordo com as normas de acessibilidade.

Glória de Dourados

[Municipal] Desenvolver um plano de expansão de infraestrutura de saneamento básico que priorize áreas de habitação de interesse social, incluindo o esgotamento sanitário e drenagem urbana.

Guia Lopes da Laguna

[Municipal] Criar o Departamento de Habitação Social com recursos humanos necessário e efetivar a Regularização Fundiária Urbana (REURB).

[Municipal] Planejamento para mobilidade urbana, especialmente com a rota bioceânica e, projeto para anel viário e acessibilidade.

Iguatemi

[Municipal] Destinação de área urbana para a implementação de empreendimentos de Habitação de Interesse Social, em parceria com governo Estadual e Federal, garantindo acesso à moradia digna e adequada, com abertura de linha de crédito para todos os públicos, incluindo os funcionários públicos.

[Municipal] Criação do Rodoanel, onde possa tirar o fluxo de caminhões do perímetro urbano.

Inocência

[Municipal] Ampliar os programas habitacionais para suprir o déficit municipal.

Itaporã

[Municipal] Propor ao Poder Público a busca de convênios com órgãos competentes para construção de casas populares, com fiscalizações rigorosas, buscando alternativa de moradias sustentáveis para construção de casas populares.

[Municipal] Planejar a instalação de rede de esgoto de forma a respeitar o nivelamento de solo de cada residência.

Itaquiraí

[Municipal] Viabilizar a construção de ciclovias em todo município, interligando todas as áreas da Cidade, facilitando o trânsito de bicicletas e patinetes elétricos que teve um aumento significativo nas Cidades, visando a segurança da população que faz uso de tais meios de transporte de modo especial crianças e adolescentes que vão para a escola com esses meios.

Ivinhema

[Municipal] Viabilidade para construção de novas unidades habitacionais.

[Municipal] Acessibilidade e ciclovia nas principais avenidas do município.

Japorã

[Municipal] Incentivar a concessão para a criação de linha de ônibus regular intermunicipal, possibilitando a circulação Urbana e Rural econômica e sustentável.

Jaraguari

[Estadual] Saneamento ambiental, garantindo a universalização do saneamento básico de qualidade.

[Municipal] Alocar recursos para o município promover a urbanização e regularização fundiária de áreas irregulares de riscos, precárias, visando acesso a infraestrutura básica.

Jardim

[Municipal] Destinar áreas seguras para moradias de interesse social, com equipamentos urbanos necessários e com acessibilidade municipal e intermunicipal, incluindo áreas rurais.

Jateí

[Municipal] Construção de unidades habitacionais, buscando zerar o déficit habitacional na sede e nos distritos, realizando projetos de acordo com as faixas de renda.

Juti

[Municipal] Criar mecanismo fiscais e extrafiscais para gerar arrecadação para o fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, através de leis e regulamentações municipais para atender as famílias locais em pequenas reformas, questões de calamidade pública decorrente de eventos climáticos e acidentes domésticos desde comprovada a situação de vulnerabilidade social. Remover barreiras físicas para garantir acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo acesso a cadeirantes entre outros, tanto nas residências quanto nos locais públicos.

Ladário

[Municipal] Regularização dos territórios que estão na Região de Ladário, levantamento e regularização dos imóveis de Ladário com a atualização do georreferenciamento, solicitar uma unidade do Cartório de imóveis para atender em Ladário/MS.

[Municipal] Melhoria do transporte público com tarifas mais baratas, veículos em bom estado, linhas de ônibus para ligações interbairros e intermunicipais entre Ladário e Corumbá asfalto de qualidade.

Laguna Carapã

[Municipal] Criação de conselho e associações de moradores para melhorar a comunicação e acesso as informações junto à Caixa Econômica e à AGEHAB com a finalidade de promover a sustentabilidade dos programas habitacionais, com critérios para demarcações fundiárias.

Maracaju

[Municipal] Submeter ao conselho municipal de habitação os programas habitacionais do governo federal para aprovação prévia.

Miranda

[Municipal] Projeto de construção de unidades habitacionais para população de classe baixa e média, como apartamentos.

[Municipal] Cumprimento do plano de rotas acessíveis para mobilidade urbana.

Mundo Novo

[Municipal] Criação de um Fundo Municipal de Habitação.

[Municipal] Mobilidade Urbana com calçadas acessíveis, ciclovias sinalizadas, pistas de caminhada e transporte que atenda a população em horários estratégicos.

Naviraí

[Municipal] Promover ações de conscientização sobre a disponibilidade de serviços via associação técnica para habitação de interesse social para manutenção, assessoria, projeto, construção, reforma, tornando acessível para a população em situação de vulnerabilidade em parceria com instituições de ensino superior.

[Municipal] Transporte público coletivo intermunicipal: viabilidade de linhas de ônibus entre Cidades e bairros populosos dos Municípios consorciados.

Nioaque

[Municipal] Propostas voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana, com foco em saneamento básico, geração de empregos, segurança pública e a construção de Cidades mais humanas, seguras e inclusivas.

Nova Alvorada Sul

[Municipal] Elaboração/Implantação do Plano de Mobilidade Urbana, com atenção para ciclovias, calçadas, semáforos, designer universal e o paisagismo sustentável.

Novo Horizonte Sul

[Estadual] Ampliação do suporte do governo estadual e federal, visando melhor investimento nos processos de regularização Fundiária.

[Estadual] Viabilização de recursos federais, estaduais e municipais, para garantir a execução de projetos dentro do planejamento estratégico nas áreas de habitação, urbanismo, meio ambiente e saneamento básico.

Paranaíba

[Municipal] Reestruturação e revitalização das redes de comunicação, rede elétrica, drenagem e saneamento em todo o município de Paranaíba-MS, principalmente com o método não destrutivo na área central.

Paranhos

[Municipal] Promover ações para maior participação da comunidade na elaboração do PPA, incluindo comunidades indígenas e comércio local. [Municipal] Diagnóstico das necessidades habitacionais, transparência social sobre os beneficiários com cadastro de proprietários, revitalização de casas degradadas, parceria privada para construção de habitação.

Pedro Gomes

[Estadual] Construção de mais Moradias Popular, Financiada com Recursos do Governo.

Ponta Porã

[Municipal] Criar mecanismos de fiscalização para impedir a venda de imóveis ou locação de imóveis de conjunto habitacional, penalizando o vendedor e o comprador desses imóveis, como forma de coibir essa prática. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.

Porto Murtinho

[Municipal] Políticas de desenvolvimento econômico com ênfase na complementação da infraestrutura urbana e saneamento básico e ambiental.

Ribas do Rio Pardo

[Municipal] Celeridade dos processos para regularização fundiária.

[Municipal] Que os municípios de pequena densidade populacional tenham acesso à criação de ciclovias.

Rio Brillante

[Municipal] Criação de transporte público, conforme possibilidade municipal, e passe livre a partir de identificação e cadastro de pessoas em situação de vulnerabilidade social, fomentando a mobilidade urbana.

Rio Negro

[Municipal] Promover e ampliar os programas para atendimento habitacional, sobretudo à população de baixa renda, em áreas urbana e rural.

Rio Verde de Mato Grosso

[Municipal] Criação do programa regularização fundiária rural.

[Municipal] Implantação de transporte público, que circule pelas principais vias do município, a fim de promover mobilidade urbana.

Rochedo

[Municipal] Providenciar área para a construção de casas populares com auxílios de programas habitacionais e subsídios para financiamentos. Reestruturação das calçadas e ruas para melhor acesso e mobilidade urbana.

São Gabriel do Oeste

[Municipal] A modernização das estações de tratamento de água é uma iniciativa crucial para promover a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. Esta proposta busca que o estado possa implementar medidas eficazes de modernização, garantindo o acesso contínuo a água potável e segura para todos os seus cidadãos, além de fortalecer a infraestrutura hídrica e promover práticas sustentáveis de gestão de recursos. Busca-se o estabelecimento de programas de incentivos financeiros e parcerias público-privadas para viabilizar investimentos em tecnologias de ponta e na modernização das estações.

[Estadual] Elaboração de um plano diretor estadual para modernização das estações de tratamento, com cronogramas claros e orçamentos adequados para implementação das melhorias.

Selvíria

[Municipal] Restaurar construções que destaca como patrimônio histórico da Cidade.

[Municipal] Implantar, na Cidade pista de mão única na frente das escolas bem como outras ruas necessária.

Sete Quedas

[Municipal] Plano de Saneamento e Drenagem.

Sidrolândia

[Municipal] Garantir a Regularização Fundiária em áreas públicas da União, invadidas no Município.

Sonora

[Municipal] Incentivo a projetos de financiamento para construção de casas em áreas próprias e privadas.

Tacurú

[Municipal] Ampliar a oferta de Unidades habitacionais com qualidade a custo zero ou baixo custo, com prestações que afetem no máximo 10% do salário mínimo.

[Municipal] Garantir um plano de acesso as moradias não apenas para quem mora em áreas de risco, mas também para quem mora de aluguel, priorizando as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Taquarussú

[Municipal] Elaboração de programas habitacionais para população de baixa renda, que contemple o público pertencente a faixa 1 e conjunto habitacional exclusivo para idosos.

Terenos

[Municipal] Desenvolver/Implementar projetos para calçadas acessíveis, iniciando em órgãos públicos e na área central da Cidade, com estacionamento de bicicletas.

Três Lagoas

[Estadual] Que os Municípios que são polos regionais na oferta de serviços e/ou polos industriais recebam cofinanciamento para execução dos serviços que integram as políticas públicas e o desenvolvimento social e econômico do município.

[Federal] Garantir que o Governo Federal disponibilize recursos e linhas de financiamento para a execução de projetos de drenagem e saneamento em áreas de fundos de vale.

Eixo 2 - Gestão estratégica e financiamento

Alcinópolis

[Estadual] Integração entre as três instâncias de Governo para a retenção de porcentagem das multas ambientais aplicadas no âmbito municipal, visando o controle social e a gestão democrática.

Amambaí

[Municipal] Criação de sala de atendimento ao cidadão, preferencialmente presencial e virtual para pequenas demandas, com equipe multidisciplinar nas áreas de engenharia, arquitetura, sob os escopos civil e ambiental, visando orientar, encaminhar e avaliar as demandas dos munícipes nas áreas imobiliárias, com edificações, construções e preservação ambiental, com enfoque na casa própria. (Sanar demandas como construção a beira de rios e puxadinhos nas residências).

Anastácio

[Municipal] Criação ou reativação (caso já exista) do Conselho de Habitação.

Anaurilândia

[Municipal] Revisão do Plano Diretor com melhorias à acessibilidade dos órgãos públicos e privados.

[Municipal] Criar mecanismos para buscar incentivo estadual, federal e municipal dos investimentos privados, facilitando na documentação e oferecendo contra partida, tais como: desburocratização, áreas sociais, recreativas e culturais.

Angélica

[Municipal] Implementar a lei de terrenos baldios com contenções, limpeza e calçadas nas normas do plano diretos (com incentivos no IPTU).

Antônio João

[Municipal] Regulamentação REURB-E (ente privado).

Aparecida do Taboado

[Municipal] Atualizar uso e ocupação da área urbana, expansão urbana e área rural, promovendo sazonalidade e respeitando leis federais e estaduais.

Aquidauana

[Municipal] Criação de uma central de estatísticas, como política pública para subsidiar o planejamento dos gestores municipais.

Bandeirantes

[Municipal] Mapear, em parceria com os municípios, as áreas com riscos ambientais e desenvolver projetos de prevenção.

Bataguassú

[Estadual] Implantar Universidades Públicas para a qualificação da mão de obra, de forma a estabelecer um retorno efetivo ao município.

Bela Vista

[Estadual] Aquisição de Recursos financeiros junto ao Governo Estadual e Federal para Construção do Hospital Municipal.

Bodoquena

[Municipal] Instituir Conselho Municipal de desenvolvimento urbano.

Bonito

[Municipal] Subsídios das 03 esferas de governo para mapeamento das áreas de riscos com possíveis regiões de descartes.

Brasilândia

[Municipal] Implementação de projetos culturais, lazer e bem-estar para crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade, incluindo atividades como dança, natação, hidroginástica, jazz, balé, teatro e música, oferecidos gratuitamente. Promoção de saúde e bem-estar na Cidade, com ciclovias, trilhas de caminhada e transporte.

Caarapó

[Municipal] Que seja destinado parte do recurso da taxa de esgotamento sanitário, para recapeamento total das vias danificadas pela instalação e manutenção do esgoto do município.

Camapuã

[Municipal] Captação de recursos para drenagem e pavimentação asfáltica do Distrito da Pontinha do Cocho e das vilas periféricas do município, tais como: Vila Izolina Araújo Barros, Vila Belo Horizonte, Bairro Parque Alvorada, Vila Ipacaraí, Vila Maria Izabel Ferreira Lima, Bairro Alto, Bairro São Francisco e Vila Lagoa.

[Estadual] Construção de acostamento e ciclofaixa para melhoramento da BR-060 entre os trechos do Bairro Coophavalle e da Vila Lagoa, bem como entre o Bairro Dr. João Leite de Barros e o Parque Alvorada, para melhorar a mobilidade e a integração entre eles.

Campo Grande

[Municipal] Incentivar a criação de mecanismo de comunicação ativa disponibilizando o acesso inclusivo e facilitado para a população, de forma adequada e transparente na chegada de informações de interesse público.

[Federal] Incluir na Diretriz Geral da PNDU “Reconhecimento das dimensões de gênero, raça, etnia e culturas nos territórios, os imigrantes, refugiados e apátridas.

[Municipal] Garantir que a participação democrática no planejamento orçamentário seja efetivo.

[Estadual] Financiar capacitação técnica, bancos de projetos, infraestrutura viária, transportes alternativos, tecnologia e sistemas integrados de informação, e estimular parcerias públicas privadas para infraestruturas urbanas e viárias, bem como, destinar recursos dos fundos municipais e estaduais para projetos comunitários e de microcrédito para empreendedorismo local.

Caracol

[Municipal] Viabilização de recursos federais, estaduais e municipais para a construção de um centro de múltiplo uso, espaço projetado para atender a diversas funções e atividades, promovendo a integração social e o uso eficiente do espaço urbano. Esses centros são frequentemente utilizados para oferecer serviços comunitários, culturais, educacionais e recreativos, e podem ser uma solução eficaz para atender às necessidades de uma comunidade de forma abrangente.

Cassilândia

[Municipal] Incentivar a utilização dos espaços vazios urbanos, onde já tem infraestrutura urbana, para construções de interesse social e minha casa minha vida, através de parceria público e privada.

Chapadão do Sul

[Municipal] Estabelecer um setor municipal para captação de recursos e parcerias público privada a fim de desenvolvimento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

[Municipal] Revisão do Plano Diretor com subsídios para construir bairros planejados e integrados sem distinção de classes sociais, favorecendo o investimento do comercio, lojas, postos de combustível, agências bancárias, aportes de capacidade de construção e/ou aquisição para a população.

Corguinho

[Municipal] Revisão do plano diretor municipal com relação aos temas de zoneamento, habitação, mobilidade, acessibilidade, saneamento, pavimentação e planejamento. Contemplando Parceria Público-Privada para o desenvolvimento dos Distritos.

Coronel Sapucaia

[Municipal] Promoção de programas de economia solidaria, tais como o desenvolvimento de plataformas de comercialização para o comércio justo e o consumo solidário, de infraestruturas urbanas descentralizadas e ambientes sustentáveis, de bancos comunitários e moedas sociais digitais, de redes informacionais de formação técnica e política.

[Municipal] Implementação do Plano Diretor Municipal.

Corumbá

[Federal] Definir e ou estabelecer percentuais no orçamento a ser destinado para o desenvolvimento do PNDU, com a governança destas destinações feitas pelo SNDU.

Costa Rica

[Municipal] Apoiar e fortalecer a criação e implementação das Associações de Bairros e; implementação de APP inteligente, com vista ao acesso à informação pública, como cumprimento da Lei de Acesso à informação pública.

Coxim

[Municipal] Criar programa de transferência de financiamento involuntário para as políticas de planejamento Urbano.

Deodópolis

[Municipal] Constituição de consórcios públicos entre municípios com o objetivo de promover ações conjuntas voltadas ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade, no âmbito das políticas públicas habitacionais.

Dois Irmãos do Buriti

[Municipal] Projeto de incentivo fiscal e tributário para empresas privadas, grupos sociais e população em geral a adotarem espaços públicos, especialmente praças, áreas de preservação e academias ao ar livre, para manutenção e execução de projetos sociais.

Douradina

[Estadual] Articulação entre os governos federal e estadual a fim de subsidiar em aportes financeiros e técnicos aos municípios na elaboração de Plano Diretor Participativo aos municípios com população igual ou inferior a 50 mil habitantes.

Dourados

[Estadual] Criação de um Fundo Estadual de Gestão Urbana com a participação financeira e deliberativa dos municípios de Mato Grosso do Sul, voltado ao fomento de obras de infraestrutura urbana, como habitação popular, saneamento básico, mobilidade urbana e melhorias em bairros antigos e áreas rurais urbanizadas (sitiocas). O objetivo é garantir investimentos contínuos, planejados e integrados, promovendo cidades mais inclusivas e estruturadas.

[Municipal] Que o Conselho de Habitação de Interesse Social, continue apoiando e garantindo apoio institucional e financeiro para que os Movimentos e Entidades populares sem fins lucrativos, consigam obter recursos preliminares para o processo de habitação no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Eldorado

[Municipal] Implantação da agência Municipal de habitação e Assuntos fundiários com criação de Fundo Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, para captação de recursos de parceiros nas três esferas de governo por meio de convênios e projetos fiscalizados pelo Conselho Municipal de Habitação.

Fátima do Sul

[Municipal] Revisão do Plano Diretor de Fátima do Sul e do Distrito de Culturama.

[Municipal] Criação da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura e do Conselho Municipal das cidades.

Figueirão

[Municipal] Revisão do Plano Diretor e adequação do Perímetro Urbano.

[Municipal] Reativar o Conselho Municipal das cidades.

Glória de Dourados

[Estadual] Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e manutenção de infraestrutura urbana, como redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos.

[Municipal] Ampliação do sinal de telefonia e dados de internet, em todo território e nos Distritos.

Guia Lopes da Laguna

[Municipal] Construir Plano Diretor visando o planejamento e corrigir distorções.

Iguatemi

[Municipal] Implementar políticas para regulamentar e ampliar a arrecadação com instrumentos como outorga onerosa e a mais-valia, direcionando esses recursos para desenvolvimento urbano, para atrair incentivos privados, com mecanismos para fomentar o comércio local e economia solidária por meio de incentivos fiscais, direcionados a pequenos negócios e cooperativas.

Inocência

[Municipal] Capacitação para os servidores para que consigam conquistar programas de financiamento do governo federal e estadual em cada setor.

Itaporã

[Municipal] Propor ao Poder Público a busca de convênios com órgãos competentes para construção de casas populares, com fiscalizações rigorosas, buscando alternativa de moradias sustentáveis para construção de casas populares.

Itaquiraí

[Municipal] Criação de políticas públicas para concessão de subsídio referente ao valor da entrada para a compra de um imóvel, buscando atender a população de baixa renda, em financiamento de programas habitacionais públicos ou particulares.

Ivinhema

[Estadual] Gestão interfederativa para melhoria do tráfego na MS 141 e BR 376, com construção de terceira faixa em pontos críticos.

Japorã

[Municipal] Implantar a biblioteca do conhecimento visando o desenvolvimento Educacional profissionalizante e de acesso a pesquisas complementares.

[Municipal] Trabalhar a destinação de áreas para promover doações, recursos esses garantidos pelo município.

Jaraguari

[Municipal] Mapear desigualdades urbanas/rurais para análise e intervenção. Considerando impactos ambientais e promover equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e direcionamento de recursos de forma eficaz.

[Municipal] Criar Conselho das Cidades como órgão de fiscalização para as questões urbanas.

Jardim

[Municipal] Para a liberação do Habite-se, deverá ser plantada nas calçadas uma árvore nativa na contra/rede de energia e nas calçadas com rede de energia deverá ser plantada uma árvore nativa de pequeno porte e plantas rasteiras. Permitindo somente 10% de impermeabilização em concreto nos terrenos.

Jateí

[Municipal] Implantação do Conselho Municipal da Cidade, envolvendo os diversos setores da sociedade civil e governamental, com maior garantia da participação de diversas faixas etárias e segmentos.

Juti

[Estadual] Aumentar a Gestão Interfederativa, Cooperação e Consórcio, para promover o desenvolvimento regional e municipal com prestação de serviços públicos de forma eficiente e sustentável. Com a colaboração entre diferentes esferas de governo, para troca de informações para alcançar objetivos comuns. O consórcio garante cooperação entre municípios, estado e até mesmo outros países, nos quais se unem para realizar determinadas atividades ou projetos em conjunto. Permitindo que os participantes compartilhem custos, recursos e responsabilidades.

Laguna Carapã

[Municipal] Planejamento urbano voltado ao desenvolvimento econômico, social e ambiental do município por meio de projetos de interesse público que vise à acessibilidade e a segurança da população.

[Municipal] Atenção as leis e normas federais quanto a adequação de calçadas e passeios públicos, visando acessibilidade a população com mobilidade reduzida, proporcionando benefícios fiscais à iniciativa privada que o fizer, tanto no âmbito pessoal quanto empresarial.

Maracaju

[Municipal] Garantir a aplicação de percentual mínimo por meio de lei para desenvolvimento urbano.

Miranda

[Municipal] Viabilidade de rede de esgoto passando por calçadas.

Nioaque

[Municipal] Proposta principal: Criação de Conselhos Municipais de Política Urbana, promovendo a participação da sociedade civil e o controle social nas decisões sobre o desenvolvimento urbano.

Nova Alvorada Sul

[Municipal] Reestruturação administrativa da gestão pública municipal para a captação de recursos, efetivando ações abrangentes de financiamento das políticas públicas, aumentando o efetivo de fiscalização e assim a Administração Municipal obter mais recursos financeiros e mais parcerias.

Nova Andradina

[Municipal] Adequação da Acessibilidade nos pontos de ônibus escolares.

[Municipal] Financiamento e cooperação com empresas privadas, para criação de um bioparque municipal, em áreas verdes do município, como por exemplo, a Mata do Horto Florestal, que atualmente tem servido como área de descarte de lixo e para o uso de substâncias, nos locais de mata mais alta.

Novo Horizonte Sul

[Estadual] Inclusão do município, em programas governamentais de desenvolvimento sustentável que levem em consideração as características da região.

[Municipal] passeios públicos, visando acessibilidade a população com mobilidade reduzida, proporcionando benefícios fiscais à iniciativa privada que o fizer, tanto no âmbito pessoal quanto empresarial.

Paraíso das Águas

[Municipal] Criação do plano diretor rural (um dos objetivos é que as empresas rurais comprovem a destinação final e adequada de resíduos, etc.).

[Municipal] Criar Lei Municipal que facilite a aquisição ou desapropriação de área para loteamento que atendam diversas classes sociais.

Paranaíba

[Municipal] Instituir parcerias públicas e privadas, visando termo de cooperação técnica com as instituições de ensino e pesquisa e empresas privadas, bem como, ainda, para a captação de recursos para mitigar os impactos ambiental, econômico e social.

[Municipal] Centro de convivência do idoso no período integral: promover ações no local com atividades físicas e de lazer, transporte público, atendimento de saúde, assistência social, trabalho (artesanato, manufatura, entre outros), lazer e socialização.

Paranhos

[Municipal] Contemplar 50% do valor arrecadado com iluminação pública para áreas descobertas.

[Municipal] 5% da arrecadação com iluminação pública para o fundo de habitação.

Pedro Gomes

[Estadual] Viabilização de recursos federais, estaduais e municipais para garantir a execução com eficiência de formas de transparência, criação de um aplicativo unificado onde se pode ter informações de transparências de todas as esferas públicas.

[Municipal] Ações mais eficientes e eficazes com maior divulgação, criação vídeos de chamamento, divulgação em rádios, tentando gerar maior mobilização e conscientização da população para a importância da participação nas audiências e conferências públicas.

Ponta Porã

[Municipal] Promover Incentivo fiscal na iniciativa privada com vistas de fortalecer políticas setoriais direcionadas a família em situação de vulnerabilidade socioeconômica, controle social e gestão democrática das cidades.

Porto Murtinho

[Municipal] Regulamentação da lei de ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – 11.888/2008).

[Municipal] reafirmar e fomentar o turismo familiar e empreendedor, garantindo a identidade cultural e econômica do município.

Ribas do Rio Pardo

[Municipal] Desafetação de assentamentos precários gerando espaços para construção de áreas de lazer.

Rio Brilhante

[Municipal] Criação de lei com diretrizes instituindo o Conselho Municipal de Turismo juntamente com o Fundo Municipal de Turismo, através de recursos públicos e privados. E instituir calendário municipal de turismo para

eventos de turismo rural e pesqueiro, integrado aos outros eventos estaduais a fim de evitar conflitos de agendas para o desenvolvimento socioeconômico através do calendário e identidade visual para o Conselho.

Rio Negro

[Municipal] Promover programas para apoiar e financiar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

[Municipal] Garantir o acesso aos direitos da população, previstos em Lei, corrigindo qualquer desigualdade, ilegalidade ou desrespeito ao cidadão.

Rio Verde de Mato Grosso

[Municipal] Criação da Lei do uso e ocupação do solo.

Rochedo

[Municipal] Implementar programas existentes de prevenção ao crime, drogas, doenças, álcool que ofereça atividades educativas, esportivas para atender munícipes em articulação através das redes em parcerias com setor privado, terceirizado para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

[Municipal] Prefeitura Municipal deverá buscar parcerias para ampliar, garantir e facilitar a aquisição de casas, contando com a Caixa Econômica Federal e parcerias público privadas, asfaltar ruas, sinalizar e monitorar a segurança.

Santa Rita do Pardo

[Estadual] Conversão de multas ambientais, 50% do IPVA e percentual do ITR para investimento em Desenvolvimento Urbano.

[Municipal] Criação do Plano Diretor para o Município.

Selvíria

[Municipal] Poder Público intermediar a captação de recursos para instituições de acolhimento (construção/ampliação e materiais), para melhor o atendimento ao público.

Sete Quedas

[Municipal] Revitalização das Praças Públicas.

Sidrolândia

[Municipal] Criar e otimizar o conselho da cidade.

Sonora

[Municipal] Construção de casa de passagem para transeuntes em Sonora-MS.

Taquarussú

[Federal] Requisitar ao Governo Federal projetos que contemplem construções e moradias autossustentáveis, utilizando também essa tecnologia na reforma de prédios públicos.

[Estadual] Ampliar o número de vagas de residência inclusiva para PCD, e a implantação do CAPS microrregional (consórcio) e visando o trabalho de tratamento e prevenção de tabagismo, alcoolismo e substâncias psicoativas, co-financiada pelo governo estadual.

Terenos

[Municipal] Firmar parcerias com empresas privadas para programas de habitação, saneamento e preservação ambiental.

Três Lagoas

[Federal] Destinação de % prefixada do orçamento da união para o fundo nacional de habitação e posterior repasse para fundos municipais.

[Estadual] Garantir que o poder executivo (no âmbito federal, estadual e municipal) repasse um percentual mínimo de toda a arrecadação de impostos relacionados ao desenvolvimento urbano para o controle social do desenvolvimento urbano, fomentando a articulação entre os conselhos de direitos e setoriais com os conselhos de desenvolvimento urbano.

Vicentina

[Municipal] Liberação de recursos e planejamento para criação de cooperativas voltadas a potencializar a reciclagem do Lixo urbano em todas as etapas e engajamento.

Eixo 3 - Grandes temas transversais

Água Clara

[Municipal] Encerramento do lixão, com a destinação adequada dos resíduos sólidos.

[Municipal] Criação de um Polo de Inclusão Digital e Educacional, com o objetivo de garantir o Direito de Acesso à internet para todas as pessoas, com enfoque em qualificação pessoal e profissional, com especial destaque às finanças pessoais no mundo contemporâneo.

Alcinópolis

[Municipal] Instalação de sistema de monitoramento no território urbano.

[Municipal] Realizar processo de concorrência pública para concessão de novas empresas, a fim de qualificar a comunicação, face o problema de falta de torre, baixa velocidade e não alcance a todos os bairros.

Amambaí

[Municipal] Desenvolvimento de um aplicativo municipal para acesso aos serviços públicos.

Anastácio

[Estadual] Posto Policial no Bairro Cristo Rei.

Anaurilândia

[Municipal] Implantação de preservação do meio ambiente através de fiscalização das nascentes e mananciais, usina de reciclagem, área verde e energia renovável.

Angélica

[Municipal] Planejar e implementar política de educação ambiental, principalmente em escolas, empresas e instituições poluidoras a fim de diminuir os agravos à saúde da população e os impactos ambientais.

Antônio João

[Municipal] Implantação da coleta seletiva.

Aparecida do Taboado

[Municipal] Criar Secretaria do Meio Ambiente Municipal e Estadual, promover políticas públicas para proteção animal, criar e manter parques e jardins e outras áreas verdes e promover educação ambiental e sanitária a nível da educação Municipal, Estadual e Federal.

Aquidauana

[Municipal] Ampliar o sistema de monitoramento por câmeras.

[Municipal] Implantar coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Bandeirantes

[Municipal] Implementar o Programa Municipal de Educação Ambiental.

[Municipal] Implementar Programa Municipal de Gestão Inteligente de Resíduos com foco em coleta.

Bataguassú

[Estadual] Criação do Plano Municipal de Segurança, tendo como objetivo promover a criação da Guarda Municipal e aumentar o efetivo de todas as forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental, Polícia Penal e Polícia Civil).

[Municipal] Instituição do Conselho Municipal das cidades, implantando-se o conceito de cidade inteligente, com transformação digital e sustentável.

Batayporã

[Municipal] Elaboração de lei para proteção ambiental (nascentes) com parcerias públicas e privadas com ênfase na preservação do meio ambiente.

[Municipal] Recuperação das nascentes do município.

Bodoquena

[Municipal] Criar programa contínuo de melhoria da coleta, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Com inclusão social e fomento a economia criativa.

Bonito

[Municipal] Efetivação da taxa ambiental.

Caarapó

[Estadual] Fortalecer a logística reversa em todo o Estado para destinação correta de resíduos perigosos. Incentivo para a construção de eco pontos para resíduos volumosos e estações de tratamento de resíduos da construção civil.

[Federal] Articular programas federais que promovam a proteção e manutenção de nascentes.

Camapuã

[Municipal] Criação e implantação de um plano de contingência com foco na resiliência climática, na prevenção de alagamentos/incêndios, em bairros com infraestrutura precária e na preservação de áreas de várzeas e nascentes do município e criação de brigada municipal, para atendimento no período de estiagem.

[Estadual] Buscar recurso financeiro junto ao governo estadual para construir e viabilizar uma unidade pública com finalidade para atender de forma temporária pessoas em situação de risco social/vulnerabilidade (mulheres vítimas de violência, pessoas que por conta de emergência climática, alagamento, incêndio) tenham perdido sua moradia.

Campo Grande

[Municipal] Priorizar o uso de materiais e técnicas construtivas sustentáveis em obras públicas e para habitação de interesse social.

[Estadual] Integração dos dados da esfera municipal, estadual e federal com a disponibilização das imagens para a segurança pública e de dados para planejamento.

Caracol

[Municipal] Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Caracol, a fim de implementar políticas de coleta, tratamento e processamento desse material, visando diminuir os impactos ambientais, os agravos a saúde da população e gerar renda para cooperativas/associações, bem como atender as exigências da Política Estadual e Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos.

Cassilândia

[Estadual] Fortalecer e promover parcerias entre entidades ambientais, ONG'S, entidades sociais e Universidade Estadual para executar programas e projetos de educação Ambiental, tais como: Compostagem, Hortas Comunitárias, Viveiros de mudas nativas e frutíferas.

Chapadão do Sul

[Municipal] Criação de Núcleos de Mediação Comunitárias em todos os bairros, considerando todas as faixas societárias para fortalecer a prevenção de violações de direitos, conflitos e a cultura da paz.

Corguinho

[Municipal] Alteração das Áreas de Preservação Permanente - App's no perímetro urbano.

Coronel Sapucaia

[Municipal] Ampliar a capacidade do município para gestão dos riscos e desastres, com investimento em prevenção, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas, fiscalização e capacitação dos agentes do sistema nacional de proteção e defesa civil.

Corumbá

[Municipal] Garantia de abastecimento de água e energia para toda a população.

[Municipal] Redução de uso de combustíveis fósseis (transporte de minério por caminhões é contra a política do estado para mitigar os efeitos da mudança climática).

Costa Rica

[Municipal] Incentivos para a arborização e o reflorestamento da mata ciliar.

Deodópolis

[Municipal] Implantação de uma plataforma digital voltada à participação cidadã e à transparência da gestão municipal, possibilitando que a população acompanhe as ações do poder público, contribua com sugestões e participe ativamente das decisões administrativas.

[Municipal] Digitalização dos procedimentos administrativos por meio da adoção de sistemas de gestão de processos, com o objetivo de eliminar o uso de papel, otimizar o funcionamento da máquina pública e promover maior agilidade, transparência e sustentabilidade na gestão municipal.

Dois Irmãos do Buriti

[Municipal] Criar uma unidade pública com o fim de atender de forma temporária pessoas em situação de risco social/vulnerabilidade (mulheres vítimas de violência, pessoas que por conta de emergência climática, alagamento, incêndio) tenham perdido sua moradia.

Douradina

[Municipal] Planejar e implementar política de educação ambiental, principalmente em escolas, empresas e instituições poluidoras a fim de diminuir os agravos à saúde da população e os impactos ambientais.

Dourados

[Municipal] Implantação de postos policiais nas áreas impactadas por empreendimentos de HIS, equipar melhor os policiais.

Eldorado

[Municipal] Criação e implementação de programa de capacitação digital para jovens adultos e idosos, ensinando funções de acesso a sites e aplicativos importantes para a vida do cidadão, tais como: Receita Federal, gov.com, certidão de antecedentes criminais entre outros e, juntamente, fornecer pontos de acesso a internet gratuita, no perímetro urbano, em especial na zona rural, Aldeias, assentamento e Distrito.

Fátima do Sul

[Municipal] Implantação de coleta seletiva no município de Fátima do Sul e no Distrito de Culturama.

Guia Lopes da Laguna

[Municipal] Instituir Lei ambiental municipal, com punições para quem sobrepõe as áreas de preservação ambiental, garantindo o cumprimento das leis de proteção com apoio da sociedade civil, poder público e câmara de vereadores.

Iguatemi

[Municipal] Implantar no Plano de Educação Ambiental Municipal a redução de desperdícios dos recursos naturais.

Inocência

[Municipal] Implantação da coleta seletiva do lixo.

Itaporã

[Municipal] Democratizar o acesso à internet, melhorando as redes moveis de telefonia e wifi grátis.

Itaquiraí

[Estadual] Aplicativo Unificado com segurança pública, repassando informações em tempo real ao cidadão. O cidadão, ao invés de ligar via telefone, usa um aplicativo que é capaz de mandar vídeo, texto, áudio ou imagem. Essa chamada pode ser anônima ou não quem define é ele. Enquanto isso, na outra ponta, o operador consegue a geolocalização da chamada e já encontra os agentes de campo mais próximos.

Ivinhema

[Municipal] Contenção definitiva de erosão.

Japorã

[Municipal] Fortalecer a implementação de políticas ambientais, principalmente em escolas empresas, comunidades rurais e tradicionais, visando a redução de geração de resíduos sólidos.

Jardim

[Municipal] Criação do Parque do Rio Miranda e do Rio Santo Antônio para garantir o manejo de resíduos sanitários (Plano de Manejo) e o viveiro de mudas nativas do nosso bioma, ampliação do plantio de árvores na área urbana, conforme o tamanho do município.

Jateí

[Municipal] Implementação de Plano Permanente de Preservação Ambiental para as nascentes e margens da bacia hidrográfica: • Criação de patrulha mecanizada para levantar curvas de nível, preparo de solos para plantio de mudas de árvores nativas; • Investimento no viveiro municipal.

Juti

[Municipal] Criação de corredores Ecológicos com plantio de árvores nativas (Assentamento, fazendas e Aldeias).

Ladário

[Municipal] Criação de ciclovias e praças públicas e nessas devem conter espaço para atendimento aos idosos e pessoas com deficiências, com rampas para facilitar acesso de cadeirantes e idosos.

[Municipal] Implementar políticas em busca da mitigação de eventos climáticos e melhorias da arborização municipal, em busca do fortalecimento da Educação ambiental.

Laguna Carapã

[Municipal] Adoção de programas que visam minimizar o impacto nocivo da emissão de poluentes e resíduos oriundos da produção agrícola que impacta a saúde da população (uso de bolsões, filtros entre outras tecnologias) com monitoramento e fiscalização por órgãos competentes.

Maracaju

[Municipal] Criar consórcio Público voltado à gestão de resíduos Sólidos para transformação de energia sustentável.

[Municipal] Promover adoção de tecnologias digitais na governança municipal, criando aplicativos simples para a população solicitar serviços do município e ao mesmo tempo promover políticas, programas e ações de capacitação da população para uso das tecnologias digitais.

Miranda

[Municipal] Instalação da guarda civil municipal.

Mundo Novo

[Municipal] Acessibilidade para as unidades de conservação receberem lazer e educação ambiental.

Naviraí

[Municipal] Tornar obrigatório a implementação do cadastro multifinalitário rural e urbano com o objetivo de incentivar e criar estratégias para implementação de planos como: arborização, programa de desincentivo a impermeabilização do solo gerando créditos de desconto do IPTU unitário em áreas edificadas.

[Municipal] Saneamento ambiental: consórcio de coleta de resíduos orgânicos que consiga colaborar com cooperativas.

Nioaque

[Municipal] Proposta de criação da Guarda Municipal como instrumento de fortalecimento da segurança cidadã, com foco na proteção dos espaços públicos, apoio às políticas urbanas e promoção do bem-estar coletivo.

Nova Alvorada Sul

[Municipal] Criação da Defesa Civil de Nova Alvorada do Sul para atender emergências climáticas.

[Municipal] Criação/implantação do Controle Populacional Animal visando resolver problema de saúde pública, com ações como microchipagem, ampliação de castração e implantação da Semana Municipal do Bem-estar Animal.

Nova Andradina

[Municipal] Fiscalização, monitoramento e mapeamento de pontos críticos do município onde ocorre descarte incorreto de resíduos sólidos.

Novo Horizonte Sul

[Municipal] Planejar e implementar política de educação ambiental, principalmente em escolas, empresas e instituições poluidoras, a fim de diminuir os agravos à saúde da população e os impactos ambientais.

Paraíso das Águas

[Municipal] Inclusão de áreas verdes no plano diretor e projeto de expansão Urbana. SBN - Plano de Arborização.

[Municipal] Criação de Plano de Combate aos incêndios florestais.

Paranaíba

[Municipal] Proteção das nascentes com diagnóstico socioambiental, conforme lei 14.285/21.

Pedro Gomes

[Municipal] Atrair empresas que desenvolvam atividades de baixo impacto ambiental para maior geração de empregos, diante disso reduzir os custos operacionais dessas empresas por meio de incentivos fiscais por prazo determinado.

Ponta Porã

[Municipal] Proposta de criação de aplicativo do meio ambiente, para organização de resíduos da coleta seletiva, com um ponto de referência por bairro. O aplicativo também será utilizado para avisos/denúncias de queimadas para facilitar a aplicação de multas para os culpados, a fim de criar a conscientização no município, sustentabilidade ambiental e emergências climáticas.

[Municipal] Desenvolver uma colônia agrícola, com a interação das forças policiais, já prevista em lei, para nosso município. A colônia agrícola deve ser desenvolvida no Distrito de Nova Itamarati, onde fica localizado o maior assentamento da América Latina, que hoje conta com mais de 16 mil habitantes. Transformação digital e território e Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares.

Porto Murtinho

[Municipal] Criação de um consórcio entre as forças de segurança para combater o crime organizado, tráfico humano.

Rio Brilhante

[Municipal] Instalações de câmeras de monitoramento nas entradas do município e áreas públicas, com reconhecimento facial, facilitando a identificação de indivíduos, sendo penalizados e multados em caso de infração, revertido para a Segurança Pública.

Rio Verde de Mato Grosso

[Municipal] Criar Incentivo Fiscal para construções voltadas a obras de acessibilidade e sustentabilidade ambiental no município: calçadas, áreas verdes.

Rochedo

[Municipal] Desenvolver projetos de iluminação pública sustentável, buscando otimizar a eficiência energética, reduzir o impacto ambiental, garantindo a segurança e o bem estar da população, através da implementação de tecnologias como led, iluminação solar, sensores de presença e sistema de gestão inteligente, substituindo luminárias antigas por equipamentos mais eficientes e de longa duração.

Santa Rita do Pardo

[Estadual] Aumento no Efetivo na Segurança Pública.

São Gabriel do Oeste

[Estadual] Elaboração de legislação estadual que estabeleça diretrizes para a criação e manutenção de cinturões verdes; estabelecimento de normas ambientais e urbanísticas que promovam a integração de áreas verdes nos planos de desenvolvimento urbano; políticas de incentivo a implementação de cinturões verdes; implementação de sistemas de monitoramento ambiental para avaliar a eficácia dos cinturões verdes na conservação da biodiversidade e na melhoria da qualidade ambiental; criação de fundos estaduais para financiar projetos de implantação e manutenção de cinturões verdes; oferta de subsídios e incentivos fiscais para proprietários de terra que adotem práticas de conservação e uso sustentável do solo.

[Estadual] O videomonitoramento é uma ferramenta eficaz para aumentar a segurança pública, prevenir crimes e proteger os cidadãos em ambientes urbanos e rurais. Este documento propõe a criação de uma

política estadual de videomonitoramento, visando estabelecer diretrizes claras para a instalação, operação e uso ético de sistemas de vigilância por vídeo em todo o estado. Criar programas de incentivo fiscal para empresas e organizações que instalem sistemas de videomonitoramento em conformidade com as normas estabelecidas.

Selvíria

[Municipal] Implantação do projeto “Saúde em Cada Roda” (transformação de pneus descartados em móveis e peças para jardins) nas escolas e projetos sociais municipais com foco na revitalização e paisagismo do município.

[Municipal] Desenvolvimento e Implantação do Sistema de energia fotovoltaica para suprir demanda energética dos órgãos públicos municipais.

Sete Quedas

[Municipal] Preservação das Nascentes e Mananciais.

[Municipal] Revitalização do Bosque Municipal.

Sidrolândia

[Municipal] Criação da guarda municipal - para toda a cidade e principalmente no período noturno das escolas.

Sonora

[Municipal] Turismo sustentável.

Taquarussú

[Estadual] Instalação de sistema de monitoramento com câmeras de segurança cofinanciada pelo governo estadual, em pontos estratégicos na área urbana do município, com monitoramento da polícia militar.

Terenos

[Municipal] Criar campanhas educativas com empresas que prestam serviços de coleta de lixo para correto descarte do lixo.

Três Lagoas

[Estadual] Fortalecimento e descentralização das forças policiais e aumento das delegacias de atendimento à mulher.

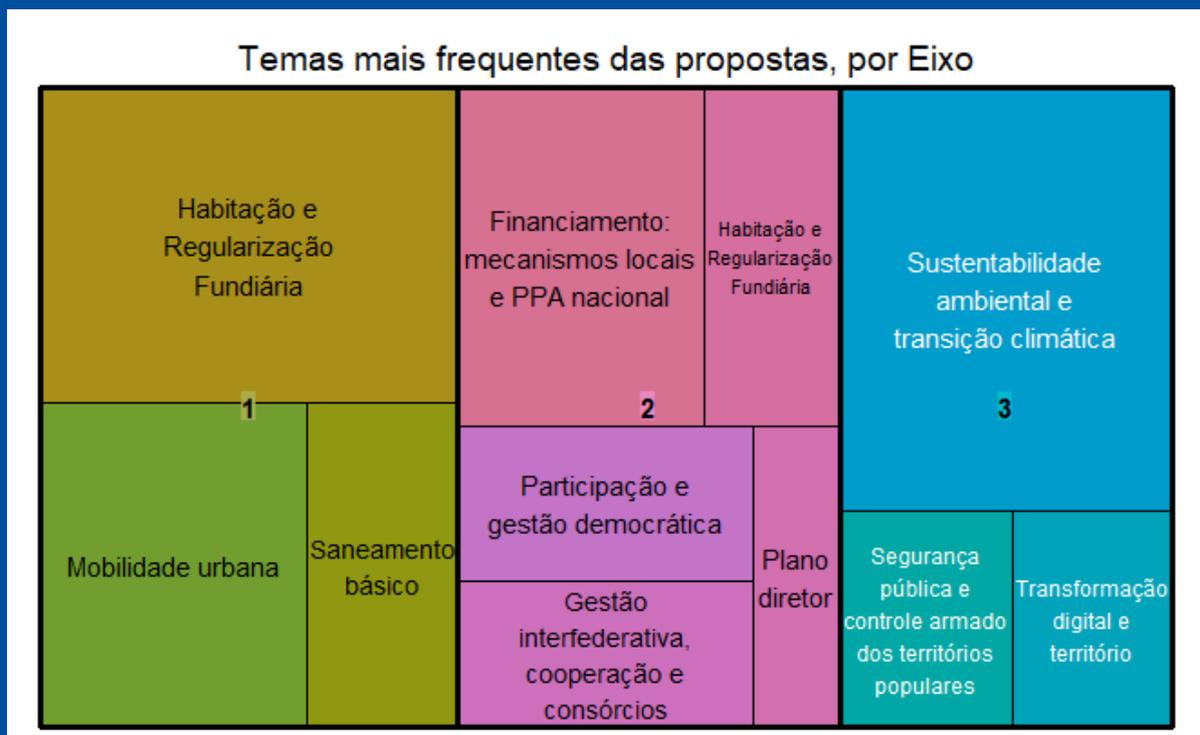
[Municipal] Ampliar e interligar as áreas verdes por meio de um sistema estruturado integrado às ciclovias e ciclofaixas, transformando esses espaços em corredores verdes com o objetivo de mitigar os efeitos das ilhas de calor e das mudanças climáticas.

Vicentina

[Municipal] Lei para preservação e reflorestamento de áreas verdes já existentes em zona urbana, com plantio de novas árvores e preservação das espécies nativas. Incentivo de Plantio de árvores no Município.

[Municipal] Criar uma equipe capacitada no Município para gestão dos riscos e desastres, para implementação de ações preventivas que minimizem os problemas causados por tempestades e planejamento do crescimento urbano, focando na sustentabilidade e investindo em áreas verdes.

Temas mais frequentes das propostas, por eixo



Propostas das Conferências municipais por Nível de federação



Percentuais de propostas por eixo

Temas por eixo (%), Conferências municipais de MS (2025)		
Eixo	Tema	%
1	Habitação e Regularização Fundiária	15.488215
1	Mobilidade urbana	10.101010
1	Saneamento básico	5.723906
1	Financiamento: mecanismos locais e PPA nacional	2.356902
1	Planejamento Urbano	1.683502
2	Financiamento: mecanismos locais e PPA nacional	9.764310
2	Habitação e Regularização Fundiária	5.387205
2	Participação e gestão democrática	5.387205
2	Gestão interfederativa, cooperação e consórcios	5.050505
2	Plano diretor	3.030303
2	Mobilidade urbana	1.346801
2	Sustentabilidade ambiental e transição climática	1.346801
3	Sustentabilidade ambiental e transição climática	16.498316
3	Segurança pública e controle armado dos territórios populares	4.377104
3	Transformação digital e território	4.040404
3	Saneamento básico	2.356902
3	Gestão interfederativa, cooperação e consórcios	1.683502

Delegados a serem eleitos pelos segmentos, na 7ª Conferência Estadual de MS, para participarem da 6ª Conferência Nacional das Cidades

Segmentos	Quantidade
Poder Público Municipal	9
Poder Público Estadual	5
Poder Público Federal	0
Movimento Popular	12
Entidade de Trabalhadores	5
Entidades Empresariais	5
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisas	3
Organizações Não Governamentais	2
Total	41

Elaboração Cartilha:

Tânia Maria de Souza Marques – Coordenadora do Conselho Estadual das Cidades de MS/CEC-MS

Colaboração: Sistematização das Propostas

Sônia Margareth Araújo Braga – Agência Estadual de Habitação de MS/AGEHAB-MS

Daniel Estevão Ramos de Miranda/Docente de Ciências Sociais/FACH/UFMS

Ariel Ortiz Gomes/Docente de Engenharia Ambiental/FAENG/UFMS

Ailton Souza/Docente Ciências Sociais/UEMS